

Reconciliação nacional é tarefa de todos os moçambicanos

— Presidente Joaquim Chissano, na cerimónia de assinatura do Acordo Geral

O Presidente Joaquim Chissano disse ontem em Roma que a reconciliação nacional é responsabilidade de todos os moçambicanos. "Somos nós todos que juntos devemos saber curar as feridas, substituir o ódio pela compreensão e solidariedade, a vingança pelo perdão e tolerância, a desconfiança pela fraternidade e amizade", afirmou. O Chefe do Estado moçambicano falava após a cerimónia de assinatura do Acordo Geral de Paz, cujo discurso, devido à sua importância, passamos a transcrevê-lo na íntegra:

Sua Excelência
Robert Gabriel Mugabe
Presidente da República do
Zimbabwe;
Sua Excelência
Quett Masire
Presidente da República do
Botswana;
Sua Excelência
George Saitoti
Vice-Presidente da República do
Quênia
Sua Excelência
John Tembo
Ministro de Estado da República do
Malawi;
Sua Excelência
Roelof Pik Botha
Ministro dos Negócios Estrangeiros
da República da África do Sul,
Senhor Herman Cohen
Secretário de Estado Assistente dos
Estados Unidos da América;
Senhor Durão Barroso
Secretário de Estado para a
Cooperação da República Portuguesa;
Senhor James Jonah
Secretário-Geral Adjunto das
Nações Unidas;
Senhor Ahmed Hagag
Secretário da Organização da
Unidade Africana
Acaba de ter lugar um acto de
grande significado para o povo
moçambicano, a assinatura do Acordo
Geral de Paz.
Este Acordo é o culminar de árduas
negociações que decorreram ao longo
de mais de dois anos.
O Acordo Geral de Paz que hoje
celebramos inaugura uma nova era,
uma nova era que representa o que há
de mais nobre e precioso para o povo
moçambicano, a paz. Um Acordo que
põe termo à guerra, ao ciclo de violência
e de confrontação, um Acordo que

perspectiva um novo horizonte de paz,
harmonia e concórdia.

Esta nova era, que é propiciada
pelo ordenamento jurídico em vigor no
país e que é caracterizada pelo
pluralismo político, significa que temos
de construir a unidade na diversidade,
significa que a democracia não se
esgota com a sua simples
proclamação, significa que tem de se
realizar sem violência para que os
cidadãos possam livre e plenamente
participar nesse processo.

O Acordo que acabamos de assinar
é uma vitória do povo moçambicano,
uma vitória só a ele devida no processo
de resolução do conflito que nos
opunha para o alcance da paz, através
da qual prosseguimos na ampliação e
aprofundamento da democracia,
enveredamos na reconciliação
nacional e na normalização da vida da
grande família moçambicana.

Ao longo deste processo que
culmina hoje com a assinatura do
Acordo Geral de Paz, no nosso país a
sociedade inteira exprimiu a sua
preocupação pelo agravamento do
conflito armado e de várias maneiras
manifestou a sua ansiedade de ver o
conflito terminado.

Em comícios, reuniões e outros
encontros populares, o povo
moçambicano impeliu-nos a encontrar,
o mais rapidamente possível, meios e
formas para a restauração da paz.

É neste contexto que
personalidades moçambicanas de
diversas confissões religiosas e outras
deram o seu contributo, cada um à sua
maneira.

Nestes esforços o povo
moçambicano contou com o apoio e
solidariedade da comunidade
internacional.

Queremos recordar aqui o papel

desempenhado desde os primeiros
dias da busca das bases para o diálogo
pelos Presidentes Robert Gabriel
Mugabe, do Zimbabwe e Daniel Arap
Moi, do Quênia, que trabalharam
juntamente com os nossos
compatriotas representantes da Igreja
Católica Romana e do Conselho Cristão
das Igrejas de Moçambique, nas
pessoas de D. Alexandre Maria dos
Santos, Cardeal e Arcebispo de
Maputo, D. Jaime Gonçalves,
Arcebispo da Beira, Dinis Sengulane,
Bispo da Igreja Anglicana em
Moçambique e Reverendo Mucache,
da Igreja Presbiteriana. Já nessa altura
a colaboração do nosso amigo Senhor
Tiny Rowland nos era de grande
utilidade ainda que pouco conhecida
pelo público.

O Malawi foi um país sempre
disponível para albergar encontros das
partes, encontros preparatórios ou
encontros de intermediários ou de
pessoas de boa vontade com a
Renamo. Este país é o que mais sofre
com o peso de quase um milhão de
refugiados de guerra moçambicanos.

O Presidente Hastings Kamuzu
Banda e o Senhor John Thembo nunca
se cansaram de prestar-nos os seus
valiosos préstimos.

Todos os países fronteiriços, a
Swazilândia, a África do Sul, o
Zimbabwe, a Zâmbia, o Malawi e a
Tanzania partilham connosco as
dificuldades económicas e os
problemas sociais causados pela
guerra e suportam o peso adicional de
terem que albergar centenas de milhar
de refugiados moçambicanos.

Seguiu-se a participação dos
Estados Unidos da América que nos
ajudaram a criar mais confiança entre
as duas partes. Depois a Alemanha, a
África do Sul, a Grã-Bretanha e a

França que desempenharam de várias
formas papéis diversos de
intermediação, de apoio em
esclarecimentos e em sugestões.

Os países da Linha da Frente,
primeiro sob a Presidência do Dr.
Kenneth David Kaunda, então
Presidente da Zâmbia e hoje sob a
presidência do Presidente Robert
Mugabe, do Zimbabwe,
acompanharam de perto todo o
processo e deram-nos sempre o
encorajamento necessário para
prosseguimento sem desfalecimento.

O mesmo aconteceu com a SADCC
presidida pelo Presidente Quett Masire,
do Botswana.

Para estes dois grupos de países, a

(CONTINUA NA PÁGINA 3)

(CONTINUADO DA 1ª PÁGINA)

paz em Moçambique como em Angola foi sempre esperada com grande ânsia, porque significa paz para toda a África Austral. A paz nestes dois países, como na Namíbia, significa uma esperança de maiores e mais rápidas transformações na África do Sul para o bem de todos nós. É por isso que a África do Sul sob a liderança do Presidente de Klerk se tem empenhado no apoio dos processos de paz em Angola e em Moçambique, passando pela solução do problema da Namíbia.

Portugal, nas pessoas do Dr. Cavaco Silva, Primeiro-Ministro, apoiado directamente pelo Senhor Durão Barroso, Secretário de Estado para a Cooperação, tomou parte activa de forma discreta mas de grande importância para a aproximação das partes.

Não são menos significativo o interesse e a disponibilidade sempre manifestados pelo Presidente da República Portuguesa, o Dr. Mário Soares.

Como resultado da conjugação de todos estes esforços, uns mais visíveis que outros, depois de várias tentativas e dissabores para uns e outros, teve início o diálogo directo entre o Governo e a RENAMO em Roma, que culmina hoje com a assinatura do Acordo Geral de Paz.

Esta histórica cidade de Roma foi o palco das conversações de paz para Moçambique.

As delegações das duas partes beneficiaram da hospitalidade e carinho do povo italiano e, em particular, dos habitantes da cidade de Roma.

Inúmeras vezes as delegações se cruzaram, dialogaram e conviveram com a população do bairro TRASTEVERE, onde se situa a Comunidade de Santo Egídio, lugar onde se desenrolou a maior parte das conversações.

O Governo italiano soube escolher um verdadeiro amigo do povo moçambicano, na pessoa do honorável Mário Raffaelli, para coordenar a mediação. Foram as suas qualidades de político e parlamentar, a sua paciência de auscultador na busca de consenso que permitiram a Raffaelli levar a bom termo a delicada tarefa que lhe foi incumbida.

A Comunidade de Santo Egídio procurou sempre jogar diligentemente o seu papel, criando condições que permitissem o desenvolvimento de um

clima de confiança mútua entre as delegações, que propiciou um estado de espírito conducente a um diálogo aberto e construtivo entre elas.

Neste contexto, Monsenhor Vincenzo, Professor Andrea Riccardi e D. Matteo Zuppi, deram a sua valiosa contribuição. O Arcebispo da Beira, D. Jaime Gonçalves, com a sua sensibilidade moçambicana, contribuiu para catalisar a aproximação entre irmãos.

Não foram apenas estes os que se empenharam na procura dos caminhos para a erradicação da violência em Moçambique.

Não é por acaso que, não sendo parte do conflito, estão aqui presentes, Chefes de Estado e de Governo, personalidades, observadores e representantes de países e instituições internacionais, nomeadamente a Organização das Nações Unidas, o Comité Internacional da Cruz Vermelha, Organização de Unidade Africana e a Commonwealth que connosco trilharam este sinuoso caminho.

Em todo este processo, desde Julho de 1990, as nossas duas delegações trabalharam arduamente na negociação dos protocolos e compromissos que ao longo de mais de dois anos fomos estabelecendo.

Foi este trabalho que construiu os alicerces para o entendimento global que hoje atingimos.

Numa caminhada preñe de dificuldades, as duas delegações souberam cultivar os pontos positivos, reduzir as diferenças, ultrapassar os obstáculos que se colocavam no caminho.

Queremos saudar em particular a delegação do Governo da República de Moçambique, pela dedicação e perseverança na busca de melhores soluções para os problemas que se punham no decurso das negociações.

Foi a notória flexibilidade demonstrada pela delegação ao longo de todo este percurso que possibilitou o alcance de consensos que nos conduziram aos sucessos que hoje celebramos.

Enaltecemos o papel especial do chefe da delegação do Governo, Senhor **ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA**, Ministro dos Transportes e Comunicações da República de Moçambique, pelo alto sentido de responsabilidade, pela paciência e calma demonstradas na condução das conversações.

Com a assinatura da Declaração Conjunta a 7 de Agosto último, as nossas delegações foram instruídas para concluírem o trabalho que faltava para que até 1 de Outubro assinássemos o Acordo Geral de Paz. A Paz em Moçambique é um dos

Junho de 1992, o papel de observadores oficiais às conversações.

Os encontros de Gaborone, o primeiro entre o Presidente Mugabe, o Presidente Masire e o Senhor Dhlakama, líder da Renamo e o seu segundo, entre o Presidente da

dos pelos Presidentes Robert Gabriel Mugabe, do Zimbabwe, Sir. Ketumile Masire, do Botswana, do Vice-Presidente, Saitoti do Quênia, os representantes da Organização da Unidade Africana, da República da África do Sul.

Não há palavras suficientes para qualificar os nossos agradecimentos. As palavras obrigado ou "grazie", são vulgares mas belas.

Seriam suficientes se a assinatura do acordo fosse o fim em si.

Por isso pensamos que os nossos melhores agradecimentos serão qualificados condigna e adequadamente quando demonstrarmos a nossa capacidade de manter e consolidar a paz em Moçambique por nossa vontade própria. Os mecanismos de supervisão e controlo, com a participação de organizações multinacionais e países estrangeiros não servirão para nada se não tivermos consciência do dever.

Serão ineficazes se nós os moçambicanos não acreditarmos que os acordos são para serem cumpridos.

Contudo achamos necessário apelarmos ainda que nos ajudem no futuro a superar as nossas fraquezas.

A todos vós queremos dizer que a vossa tarefa não termina aqui.

Alguns de vós estarão ainda conosco integrando as instituições e mecanismos de garantia, supervisão e controlo da implementação do Acordo Geral de Paz. Tanto a uns como a outros convidamos a colaborar

conosco na consolidação do clima de confiança criado por este Acordo para a normalização da vida de todos em Moçambique.

O vosso apoio e solidariedade continuará a ser um factor de complementaridade ao esforço gigantesco que temos que realizar para a reconstrução nacional do país.

Moçambique é um país devastado e atravessa hoje a pior seca de que há memória. Centenas de milhar de vidas estão em perigo.

Acalenta-nos porém a certeza de que com o calar das armas se renova a esperança de aliviar os efeitos de mais esta catástrofe.

Excelências;
Minhas Senhoras;
Meus Senhores;
Meu irmão Dhlakama,

Acabamos de assinar um compromisso perante o nosso povo, perante o mundo inteiro.

Se tivemos hesitações no passado, hoje, depois de percorrido todo este caminho, o processo se tornou irreversível.

Devemos consolidar a paz que aqui construímos. Uma paz cujos pressupostos se radicam na aplicação do Acordo Geral de Paz.

O estarmos aqui hoje testemunha que não há barreiras intransponíveis quando colocamos os interesses do povo e da Nação moçambicana acima de tudo. Temos e teremos diferenças. Porém, essas diferenças não devem

sobrepor-se aos interesses e destinos do nosso povo. Estamos aqui hoje para dizermos bem alto que nos unimos à volta da mesma bandeira da moçambicanidade, da fraternidade e do ideal da independência e da unidade nacional.

Cabe a cada um de nós a responsabilidade de fazer cumprir o Acordo.

A reconciliação nacional é responsabilidade de todos os moçambicanos. Somos nós todos que juntos devemos saber curar as feridas, substituir o ódio pela compreensão e solidariedade, a vingança pelo perdão e tolerância, a desconfiança pela fraternidade e amizade.

Excelências;
Minhas Senhoras;
Meus Senhores,

Foi uma longa caminhada. Vencemos. Devemos caminhar decididamente para construir o futuro, um futuro brilhante e risonho que muito depende do esforço de todos os moçambicanos.

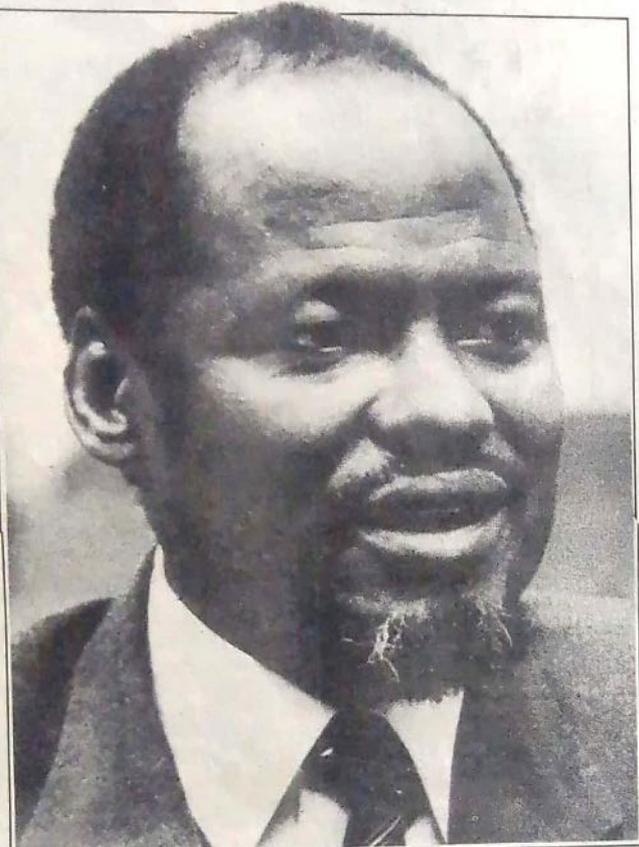
Com determinação venceremos mais esta batalha.

A responsabilidade é gigantesca, mas nobre e exaltante é a nossa missão. Estamos preparados para o desafio e anima-nos a certeza da vitória.

Na paz, unidade, progresso e reconciliação, todos venceremos!

MUITO OBRIGADO.

Roma, 4 de Outubro de 1992



Presidente da República, Joaquim Chissano

factores fundamentais para a estabilidade na África Austral.

Os nossos vizinhos, compreendendo esta realidade, não pouparam esforços no sentido de promover iniciativas conducentes ao fim da guerra.

Países que sempre se interessaram pela paz em Moçambique apoiaram a nossa acção, assim como a dos mediadores, a tal ponto que se nos afigurou correcto e necessário que alguns deles, nomeadamente os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha, a França e Portugal, passassem formalmente a assumir, em

República de Moçambique e o líder da Renamo, foram momentos que aceleraram o processo na sua fase final.

É este conjunto de actores que nas suas diversificadas percepções e influências constitui um todo complementar que nos conduziu a este marco histórico, a esta vitória de todo o povo moçambicano onde não há lugar para vencidos nem vencedores.

Aos nossos amigos aqui presentes e aos que estão ausentes e por tudo aquilo que eles representam queremos manifestar o nosso apreço e gratidão.

Queremos agradecer ao Governo e povo italiano pelo apoio, compreensão e solidariedade que sempre nos granjearam neste processo.

Queremos agradecer aos mediadores, Mário Raffaelli, Professor Andrea Riccardi, Padre D. Matteo Zuppi, D. Jaime Gonçalves, Arcebispo da Beira, que aceitaram o desafio e realizaram com sucesso esta missão delicada.

Aos observadores oficiais dos Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, França, Portugal e Nações Unidas, queremos agradecer o esforço empreendido no impulso que deram às negociações.

Agradecemos aos nossos irmãos africanos aqui presentes, representa-